

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE  
PARA COMBATER A DISLEXIA DOS  
ALUNOS DA PERIFERIA DE CURITIBA**

PONTAL DO PARANÁ

2005

MARIÂNGELA ZEM MAOSKI

**A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA  
COMBATER A DISLEXIA DOS ALUNOS DA PERIFERIA  
DE CURITIBA**

*Monografia apresentada à  
Universidade Federal do Paraná no  
Curso de Especialização em Inclusão  
em parceria com o CEAD-PR, no  
município de Pontal do Paraná- Pr.  
Professora Orientadora: Joseth Antonia  
Oliveira Jardim Martins.*

Pontal do Paraná  
2005

***“A palavra progresso não terá qualquer sentido, enquanto houver crianças infelizes”.***

*(Albert Einstein – um dos nossos disléxicos mais famosos).*

## SUMÁRIO

Resumo .....	v
Introdução .....	01
1.0 DISLEXIA: PRIMEIROS REFERENCIAIS .....	03
1.1 DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA DISLEXIA .....	07
2.0 INDICATIVOS LEGAIS ACERCA DA DISLEXIA.....	11
3.0 A ATUAÇÃO DO EDUCADOR FRENTE À CRIANÇA DISLÉXICA - RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA SIGNIFICATIVA .....	14
Considerações finais .....	20
Referências .....	22
Anexos .....	24

## RESUMO

A dislexia é uma das causas mais freqüentes do baixo rendimento e do insucesso escolar das crianças no início do ensino fundamental, em especial, aquelas oriundas das periferias das grandes cidades.

Este trabalho visa esclarecer a importância e a contribuição efetiva da formação docente a fim de melhor atender aos alunos disléxicos, identificando os sinais característicos desta dificuldade e propondo metodologias diferenciadas.

O saber ler é uma das aprendizagens mais importantes para o ser humano, porque é a chave que lhe permite o acesso aos demais saberes. Portanto, o tema dislexia na escola deve ser abordado com os docentes, de forma a auxiliar um diagnóstico precoce de cada caso e uma intervenção pedagógica eficaz.

É tarefa de todo educador ter como base ética o compromisso de ver desenvolver-se dignamente e efetivamente a aprendizagem acadêmica de seus educandos, buscando novas formas de ensinar e processos de ensino que possam colaborar para a inclusão destas crianças no mundo das letras, preparando-as para uma melhor convivência na sociedade.

## INTRODUÇÃO

Na atualidade, muitas crianças e jovens em idade escolar, principalmente das periferias das grandes cidades evadem-se ou são excluídos da escola por não conseguirem aprender a ler e a escrever, apresentando uma dificuldade de aprendizagem conhecida como dislexia.

Por conta disto, a humanidade quase desperdiçou o talento de um de seus maiores gênios (que em sua idade escolar, era taxado como preguiçoso e desinteressado, embora tivesse uma inteligência superior aos demais colegas e uma ótima habilidade com cálculos), mas sofria muito para ler ou escrever em sala de aula, e, portanto, era desacreditado e sua auto-estima fora rebaixada; hoje ele é mundialmente reconhecido pelas suas enormes contribuições ao desenvolvimento científico e acadêmico: Albert Einstein.

Em nossas escolas continuam acontecendo esses equívocos pela falta de conhecimento, envolvimento e da capacitação adequada aos docentes que atendem crianças com essa dificuldade (da leitura e escrita).

Para tanto, requer-se com este trabalho auxiliar os docentes de modo geral a reverem suas práticas de sala de aula, bem como auxiliá-los a identificarem em seus alunos indicativos de dislexia e como trabalhar na escola, incluindo-os no ambiente escolar e melhorando a qualidade da educação pública deste país.

A dislexia não impede ninguém de aprender, mas requer acompanhamento profissional e atendimento individualizado, cabendo ao docente estar atento a esta realidade e olhar o aluno não como um ser padronizado, mas como um indivíduo com capacidades e dificuldades específicas, percebendo como cada aluno se desenvolve diferentemente dos demais, sendo necessário o investimento em estratégias diferenciadas de aprendizagem que auxiliem o aprendizado dos educandos disléxicos.

É necessário, portanto, utilizarmos de estratégias que auxiliem as crianças a aprenderem, visando compreendermos o que influencia o desenvolvimento e a aprendizagem da leitura e escrita das crianças que sofrem com esta dificuldade de aprendizagem.

Segundo dados da Associação Brasileira de Dislexia (ABD) estimam-se que no Brasil cerca de 15 milhões de pessoas tenham algum tipo de

necessidade especial, das mais diversas modalidades, e deste universo, pelo menos 90% das crianças, na educação básica sofrem com algum tipo de dificuldade de aprendizagem relacionada à linguagem. As crianças oriundas de famílias pobres e sem assistência ou acompanhamentos adequados, estudando em escola pública, tendem a asseverar as suas dificuldades, persistindo os transtornos de linguagem em sua fase adulta. E por essa razão, torna-se relevante a preocupação com esta dificuldade, uma vez tratar-se de uma questão social de enorme amplitude no âmbito das instituições da Educação Básica da rede pública de todo país e em especial no município de Curitiba.

Para tanto este trabalho apresentará três partes distintas, porém, que se complementam entre si pela relevância com a qual é enfocado o tema dislexia: inicialmente há que se reverem os primeiros referenciais que encontramos na literatura científica acerca do tema, para daí então, definirmos o que vem a ser a dislexia nos dias de hoje, os respaldos legais que garantem um ensino diferenciado para atender os disléxicos, e como este distúrbio é enfrentado na escola por docentes da rede pública municipal da cidade de Curitiba, a partir de uma amostragem realizada com o trabalho pedagógico e estudos de casos de alunos portadores desta síndrome de forma a auxiliar a superação das situações desafiadoras com os educandos disléxicos no ambiente escolar.

## 1. DISLEXIA: PRIMEIROS REFERENCIAIS

A partir do relato do ex-ministro da Educação, Sr. Cristovam Buarque em entrevista à Revista Educação (2003) de que “a desigualdade na educação entre pobres e ricos de hoje é maior do que entre senhores e escravos no século XIX” evidenciamos que tal citação corrobora a falta de discernimento dos docentes quanto a como lidar com crianças disléxicas em sala de aula.

Por falta de informação, educadores não detectam nos alunos distúrbios mentais como déficit de atenção ou outras dificuldades de aprendizagem, emperrando assim o aprendizado das crianças.

Existem vários distúrbios de aprendizagem, mas o diagnóstico é sempre complexo, sendo necessários exames clínicos neurológicos, fisiológicos e motores.

Segundo Margareth Rawson (1968), a história do reconhecimento da dislexia de evolução como problema constitucional, remonta do trabalho de Berlin, que usou o termo “dislexia” já em 1872 e ainda de W. Pringle Morgan em 1896 e de James Kerr em 1897.

Durante muito tempo, associou-se a dificuldade leitora das crianças à limitação da visão. Não há dúvida de que os padrões de movimentos oculares são fundamentais para a leitura eficiente, mas não são apenas estes os fatores que implicam no referido estudo.

Os primeiros referenciais descritos acerca de problemas relacionados à linguagem datam de 1896, quando Pringle Morgan relata o caso clínico de um jovem de 14 anos que apesar de ser inteligente, tinha uma incapacidade quase absoluta em relação à linguagem escrita, o qual designou de “cegueira verbal”.

A partir deste caso, muitas foram as denominações para este tipo de dificuldade. James Hinshelwood, em 1917, publicou uma monografia sobre “Cegueira Verbal Congênita”, quando trabalhou com adultos afásicos. Ele encontrou distúrbios infantis com sintomas similares, mas sugeriu que os

problemas da dislexia seriam orgânicos, e ainda levantou a possibilidade de serem hereditários. Encontrou também mais meninos do que meninas com este tipo de distúrbio. Outros termos foram utilizados para denominar tais dificuldades "dislexia congênita", "estrefossimbolia", "alexia do desenvolvimento", "dislexia constitucional", e "déficit no processamento verbal dos sons".

Nos Estados Unidos, a classe profissional que primeiro ajudou no reconhecimento da dislexia foi a de médicos oftalmologistas. Suas observações mostraram que a dificuldade não estaria nos olhos, mas no funcionamento de áreas de linguagem no cérebro, pois como sabemos não são os olhos que lêem, mas o cérebro.

Os psicólogos e educadores do início do século passado deram pouca importância aos distúrbios específicos de linguagem. Só se concentravam no aspecto pedagógico do problema; com exceção de Brooner (1917) e Hollingworth (1918, 1925). Ao mesmo tempo, a classe médica negligenciava o problema na sala de aula, o que contribuía para estabelecer uma grande lacuna entre a recuperação das crianças e o seu problema, sem apresentarem soluções para tal.

Em 1925, se iniciou em Iowa uma pesquisa sobre as causas de se encaminharem crianças para unidades de saúde mental. A dificuldade de ler, escrever e soletrar surgiu como uma das causas principais.

Foi então que surgiu como um grande interessado no campo do distúrbio de aprendizado, Dr. Samuel Orton, psiquiatra, neuroanatomista, que fez vários estudos post-mortem em cérebros humanos. Orton propôs várias hipóteses para a ocorrência da dislexia e também vários procedimentos para a redução das suas dificuldades.

Em continuação aos estudos de Orton, que atribuía a causa do problema a distúrbios de dominância lateral, encontramos Penfield e Roberts (1959), Zangwill (1960), Sperry (1964), Masland (1967), Micklebust (1954 -

1971) e atualmente Albert Galaburda, que descreveu a dislexia de forma mais complexa.

Na França há trabalhos de Variot e Deconte (1926) e Ombredama (1937), mas não tiveram continuidade. No campo da linguagem escrita aparecem Borel Maysony, Arlet Boucier e outros. Atualmente, Jacques Melher.

Nos anos 60, sob a influência das correntes psicodinâmicas, foram minimizados os aspectos biológicos da dislexia, atribuindo as dificuldades leitoras a problemas emocionais, afetivos e "imaturidade".

Em 1968, a Federação Mundial de Neurologia utilizou pela primeira vez o termo "dislexia do desenvolvimento" definindo-a como: "um transtorno que se manifesta por métodos de ensino convencionais, terem inteligência normal e oportunidades socioculturais adequadas".

Após muitos estudos, a dislexia passa em 1994, a ser incluída no Manual de Diagnóstico e Estatística de Doenças Mentais (DSM-IV) com a denominação de "Perturbação da Leitura e da Escrita" e estabelecendo critérios de diagnóstico.

Em 2003, a Associação Internacional de Dislexia definiu-a como sendo "uma incapacidade específica de aprendizagem, de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldades na correção e/ou fluência na leitura de palavras e por baixa competência leitora e ortográfica", sendo esta definição aceita pela grande maioria da comunidade científica.

Com tais estudos constatamos atualmente em nossas escolas, e com maior incidência no ensino fundamental, um número alarmante de crianças que apresentam algum tipo de dificuldade relacionada à linguagem oral e escrita.

Como a influência da escola na vida das crianças exerce papel primordial, cabe a esta atuar como suporte facilitador do desenvolvimento do potencial acadêmico, social e formativo dos alunos.

Para entendermos melhor a criança e o ser humano, muitos educadores e estudiosos estabelecem a partir de Vygotsky bases de uma nova ciência: a neuropsicologia "que se fundamenta na percepção dos caminhos

cerebrais, além dos enfoques psíquicos e emocionais em que o aprender está envolvido” (LUCZYNSKI, 2002).

Hoje percebemos que existem distúrbios de aprendizado, mas o diagnóstico é sempre complexo. Podem ser necessários exames clínicos neurológicos, fisiológicos e motores. Maria Ângela Nico, coordenadora da Associação Brasileira de Dislexia (ABD) denomina o processo como “uma avaliação de exclusão, levando-se em conta os sintomas”. Por isso, esta entidade realiza testes multidisciplinares para detectar qual é o real problema de cada aluno. As pessoas podem encontrar diferentes maneiras de lidar com suas dificuldades; uma prova disso é o depoimento de João Alberto Ianhez (presidente voluntário da ABD) que tem mais de 60 anos e só descobriu que era disléxico aos 43 anos. Desde a sua infância ele tinha dificuldades com bolas, jogos e outras brincadeiras, o que não o impedia de tentar. Durante a alfabetização surgiram os empecilhos, mas graças à uma profissional recém-formada o menino foi alfabetizado com muita paciência e soletrando. Para ele, o disléxico se destaca por enxergar as coisas de outra forma, por ter um pensamento não linear, mesmo assim, o problema de auto-estima do disléxico é eterno.

Lou de Olivier (psicopedagoga e arteterapeuta) devido à sua história pessoal, desenvolveu sintomas de dislexia, procurando desvendar a mente humana de diversas maneiras: começou a fazer teatro aos 18 anos para estimular a memória. Em seu consultório ela trata de distúrbios de aprendizagem e outros transtornos com técnicas variadas de psicanálise, psicodrama, musicoterapia, entre outras. Ela explica que vários fatores podem interferir no aprendizado entre estes, a didática que está sendo utilizada para se ensinar.

Embora a dislexia tenha sido amplamente pesquisada, é importante esclarecermos que ela existe em vários níveis: para alguns a dislexia nasce com o indivíduo, devido a alterações cerebrais, apresentando pouca ou nenhuma habilidade para a aquisição da leitura e escrita; em outros casos a criança não consegue chegar à alfabetização; há ainda casos em que já alfabetizada, a criança apresenta dificuldade de fixação ou de interpretação do texto lido ou escrito.

Cabe à escola, portanto, através de um atendimento diferenciado, apresentar um programa específico, a fim de serem desenvolvidas atividades próprias para esta dificuldade de aprendizagem. Assim, a escola estará desempenhando uma importante função na educação da criança disléxica, desenvolvendo a sua coordenação motora, raciocínio, agilidade, promovendo o seu desenvolvimento global e integrando-a ao convívio social.

## **1.2 DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA DISLEXIA**

De acordo com a Associação Brasileira de Dislexia (ABD) a definição de dislexia refere-se a “dis” do latim = dificuldade, e “lexis” do grego = palavra, linguagem; ou seja, dislexia é uma disfunção neurológica que apresenta como consequência dificuldades na leitura e na escrita.

Esta dificuldade em ler e escrever tem sido muitas vezes erroneamente interpretada como sendo um sinal de baixa capacidade intelectual, sendo que em geral é o contrário, pois muitos disléxicos conseguem um desempenho superior às médias em certas áreas ou momentos de suas atividades.

Para Pestun (2002) o ato de ler “é um processo altamente complexo, que envolve a associação entre estímulos visuais ou símbolos gráficos (grafemas) e seus respectivos componentes sonoros (fonemas), que por sua vez irão contribuir para o significado da palavra, e uma ruptura em qualquer uma dessas associações irá produzir um déficit no desempenho para leitura”, apontando a dislexia em seu aspecto psiconeurológico.

Existem várias definições para dislexia, dentre as quais se destacam a de Topczewski (1998) como sendo “uma dificuldade no aprendizado da leitura e da escrita”, e mais claramente definida por Simons (2000) como “a incapacidade parcial de uma criança ler compreendendo aquilo que lê, apesar de apresentar inteligência normal, audição ou visão normais e

até mesmo de serem oriundas de lares adequados, isto é, que não passaram privação de ordem doméstica ou cultural, ricos ou pobres”.

Para tanto é importante o diagnóstico precoce e partir para as intervenções psicopedagógicas e médicas adequadas. Nico (coordenadora da ABD) acredita que “por detrás do fracasso ou evasão escolar há sempre fortes indícios de dificuldades de aprendizagem relacionadas à linguagem”.

Todo desenvolvimento de uma criança é considerado normal até esta entrar na escola, onde são percebidos problemas de ordem cognitiva que acabam por afetar as habilidades lingüísticas associadas à leitura e escrita, causando um comprometimento neurológico, mas que requer por parte da educação formal, o reconhecimento das características, as conseqüências, soluções e adaptações necessárias para inserir e atender a criança disléxica no ambiente escolar.

Segundo Simons (2000) são dados característicos da dislexia no desenvolvimento: a discrepância acentuada entre idade mental e idade de leitura; a leitura oral extremamente lenta e laboriosa (silabada); incidência de omissões, distorções e substituições de fonemas e palavras; a compreensão da leitura afetada devido à dificuldade na leitura oral; geralmente há alguém na família que também seja disléxico; há prevalescência em crianças do sexo masculino (devido à maturação cerebral); os erros na leitura e escrita são de natureza peculiar, específica e consistente (são sempre os mesmos); atraso na aquisição da linguagem; confusão entre letras, sílabas ou palavras com diferenças sutis ou similar de grafia; inversões parciais ou totais de sílabas ou palavras; substituição de palavras por outras de estruturas mais ou menos similar; adições ou omissões de sons, sílabas ou palavras; repetições de sílabas, palavras ou frases; pular ou retroceder uma linha ao ler (não faz leitura por linha e sim palavra por palavra); alterações de memória imediata, série e seqüência e dificuldade na linguagem escrita e matemática; entre outros.

A dislexia tem um componente genético, concluindo-se que é condição humana ser disléxico, diferentemente de ser intitulado portador de alguma deficiência, mas sim de ser uma necessidade especial, podendo, ao mesmo tempo, ser portador de alta habilidade. Por isso, justificam-se casos de disléxicos que se destacam nas artes, música, esportes, desenho, engenharia, etc. O disléxico também pode ser portador de conduta típica, com síndrome e

quadro de ordem psicológica, neurológica e lingüística, comprometendo a aprendizagem eficaz da leitura e escrita, sem, contudo comprometer seus talentos e ideais de vida.

A dislexia, segundo Jean Dubois et alii (1993, p.197), "é um defeito de aprendizagem da leitura caracterizado por dificuldades na correspondência entre símbolos gráficos, às vezes mal reconhecidos, e fonemas, muitas vezes, mal identificados".

No caso da criança em idade escolar, a Psicolingüística define a dislexia como um fracasso inesperado na aprendizagem da leitura (dislexia), da escrita (disgrafia) e da ortografia (disortografia) na idade prevista em que essas habilidades já devem ser automatizadas. É o que se denomina de dislexia de desenvolvimento.

"A Dislexia é uma dificuldade duradoura de aprendizagem da leitura e aquisição do seu automatismo, junto de crianças inteligentes, escolarizadas, sem quaisquer perturbações sensoriais e psíquicas já existentes." (APEDYS - França).

A partir destas contribuições inferimos que as dificuldades na aprendizagem da leitura e da escrita por crianças em início do processo de alfabetização são efetivamente identificadas a partir de diferentes manifestações que interferem no desenvolvimento das habilidades da língua escrita.

A dislexia apresenta-se nas mais variadas camadas sociais, sendo as crianças das escolas públicas de periferia as que apresentam maiores evidências.

Há que se reportar ao fato de que a criança aprende a usar a linguagem falada com velocidade incrível e isto depende do meio ambiente, de como ela foi trabalhada em sua questão vocal e de que forma a organização do cérebro foi sensibilizada para perceber os sons ao seu redor. Ela adquire a linguagem escrita em parte inventada e em parte descoberta. Inventada porque se criou símbolos visuais (grafemas = letras) para representar elementos da linguagem e descoberta, porque esses elementos

serão reconhecidos na linguagem falada (relação grafema / fonemas = sons das letras).

No entanto, há um número de crianças, bastante representativo, com dificuldade para aquisição e/ou automação do aprendizado da leitura e escrita. Entre as diversas causas possíveis dessa dificuldade está a dislexia. A dificuldade acentuada na leitura e na escrita atinge de 10 % a 15% da população mundial. Crianças com seis ou sete anos de idade que apresentam inteligência normal (geralmente acima da média), mas têm uma dificuldade atípica de aprender a ler, escrever e soletrar podem ser disléxicas. A leitura lenta, trabalhosa e individual de palavras impede a habilidade da criança, adolescente ou adulto de compreender o que leu ou escreveu, mesmo que sua capacidade de compreensão da língua falada seja adequada. Há muita dificuldade também em transformar a soletração em som. Deficiências no processo fonológico, que são fortes indicadores de que haverá dificuldade na leitura e escrita, podem ser identificados nas séries iniciais do ensino fundamental.

Sendo assim, é possível asseverar que a alfabetização precoce não produz a dislexia, mas facilita o seu diagnóstico. Os métodos da alfabetização mais modernos, como na alfabetização global (a qual é utilizada nas escolas municipais de Curitiba), onde a criança aprende a identificar as palavras como um todo, tem conduzido a uma identificação mais rápida de disléxicos. O método sintético ou fônico, que não impõe tanta carga ao disléxico, permite que alguns casos passem mais tempo despercebidos.

Com o exposto, concluímos que deve-se retomar a aprendizagem da disléxico da melhor forma possível, dentro de suas condições, devolvendo-lhes a motivação para enfrentar as suas dificuldades e aprender a lidar com elas, possibilitando formarmos adultos mais seguros e felizes, com oportunidades educacionais adequadas.

## 2.0 INDICATIVOS LEGAIS ACERCA DA DISLEXIA

Se faz mister o fato de entendermos que diagnosticar, avaliar e tratar a dislexia são deveres e direitos de todas as famílias com crianças em idade escolar, ainda que não exista até o momento, uma legislação específica e explícita, que favoreça e garanta a inclusão do aluno disléxico na escola e, mais do que isso, não lhe seja dispensado um tratamento diferenciado, especialmente no que tange à avaliação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, oferece à escola que assim o deseja, a oportunidade de fazê-lo quando legisla que:

**Art. 12** - Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:  
I - elaborar e executar sua Proposta Pedagógica;  
V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

**Art. 23** - A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

**Art. 24** - V, a) avaliação contínua e cumulativa; prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período.

Os Estabelecimentos de ensino devem, portanto, contemplar em suas propostas pedagógicas meios de atender aos alunos portadores de necessidades especiais (onde enquadramos os disléxicos), a fim de auxiliarem a aprendizagem formal, sejam em período de contraturno ou no mesmo período de aula, com atendimento individualizado e especializado, a partir de propostas inovadoras e atrativas que enriqueçam o processo ensino-aprendizagem.

Sob esse olhar podemos citar ainda a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que apresenta, no Estatuto da Criança e do Adolescente, uma ênfase no direito à criança em aprender:

**“Art. 53, incisos I, II e III:**

a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – direito de ser respeitado pelos seus educadores;
- III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores”.

O Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná cita na Indicação nº 05/98, publicada no Diário Oficial em 23/09/98, que:

“(…) educação escolar consiste na formação integral e funcional dos educandos, ou seja, na aquisição de capacidades de todo tipo: cognitivas, motoras, afetivas, de autonomia, de equilíbrio pessoal, de inter-relação pessoal e de inserção social.

(…) os conteúdos escolares não podem se limitar aos conceitos e sim devem incluir procedimentos, habilidades, estratégias, valores, normas e atitudes. E tudo deve ser assimilado de tal maneira que possa ser utilizado para resolver problemas nos vários contextos.

(…) os alunos não aprendem da mesma maneira e nem no mesmo ritmo. O que eles podem aprender em uma determinada fase depende de seu nível de amadurecimento, de seus conhecimentos anteriores, de seu tipo de inteligência, mais verbal, mais lógica ou mais espacial. No cotidiano da sala de aula, convivem pelo menos três tipos de alunos que têm “aproveitamento insuficiente”: os imaturos, que precisam de mais tempo para aprender; os que têm dificuldade específica em uma área do conhecimento; e os que, por razões diversas, não se aplicam, não estudam, embora tenham condições.

(…) recuperar significa voltar, tentar de novo, adquirir o que perdeu, e não pode ser entendido como um processo unilateral. Se o aluno não aprendeu, o ensino não produziu seus efeitos, não havendo aqui qualquer utilidade em atribuir-se culpa ou responsabilidade a uma das partes envolvidas. Para recobrar algo perdido, é preciso sair à sua procura e o quanto antes melhor: inventar estratégias de busca, refletir sobre as causas, sobre o momento ou circunstâncias em que se deu a perda, pedir ajuda, usar uma lanterna para iluminar melhor. Se a busca se restringir a dar voltas no mesmo lugar, provavelmente não será bem sucedida.

(…) O compromisso da Escola não é somente com o ensino, mas principalmente com a aprendizagem. O trabalho só termina quando todos os recursos forem usados para que todos os alunos aprendam. A recuperação deve ser entendida como uma das partes de todo o processo ensino-aprendizagem de uma escola que respeite a diversidade de características e de necessidades de todos os alunos.

(…) Dentro de um projeto pedagógico consistente, a recuperação deve ser organizada para atender aos problemas específicos de aprendizagem que alguns alunos apresentam, e isso não ocorre em igual quantidade em todas as matérias nem em épocas pré-determinadas no ano letivo. A recuperação da aprendizagem precisa: - ser imediata, assim que for constatada a perda, e contínua; ser dirigida às dificuldades específicas do aluno; abranger não só os conceitos, mas também as habilidades,

procedimentos

e

atitudes.

(...) A recuperação paralela deve ser preferencialmente feita pelo próprio professor que viveu com o aluno aquele momento único de construção do conhecimento. Se bem planejada e baseada no conhecimento da dificuldade do aluno, é um recurso útil."

Pelo exposto, concluímos a importância de não delegarmos à criança ou aos docentes a culpa ou falha pelo processo de aprendizagem, e sim, unirmos forças para efetivar uma aprendizagem de fato significativa, entendendo cada aluno como ser único dotado de potencialidades. E saber como trabalhá-las é dever da escola, enquanto instituição que prioriza o aprendizado e a troca de conhecimentos a partir da oferta de estratégias diferenciadas de ensino.

Na Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 11 de setembro de 2001, vemos que:

"O quadro das dificuldades de aprendizagem absorve uma diversidade de necessidades educacionais, destacadamente aquelas associadas a: dificuldades específicas de aprendizagem como a dislexia e disfunções correlatas; problemas de atenção, perceptivos, emocionais, de memória, cognitivos, psicolinguísticos, psicomotores, motores, de comportamento; e ainda há fatores ecológicos e sócio-econômicos, como as privações de caráter sociocultural e nutricional."

Neste sentido entendemos como integrante do quadro das dificuldades de aprendizagem a questão da dislexia, sendo necessária a intervenção constante e a formação continuada dos profissionais que atendem alunos portadores deste distúrbio, por assim dizer.

A compreensão de tais problemas nos obriga a direcionarmos e reestruturarmos a escola trabalhando mais o seu espaço interior, a fim de melhor atender a todos, indistintamente, principalmente aqueles que apresentam dificuldades em sua aprendizagem.

Esta dificuldade em ler e escrever tem sido muitas vezes erroneamente interpretada, como sendo um sinal de baixa capacidade intelectual; mas, ao contrário, muitos disléxicos conseguem superar a média do seu grupo etário em determinadas áreas, basta que ajam docentes sensíveis aos sinais apresentados e dispostos a enfrentarem juntos esta dificuldade.

### **3.0 A ATUAÇÃO DO EDUCADOR FRENTE À CRIANÇA DISLÉXICA – RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA SIGNIFICATIVA**

É preciso que a escola ensine os educandos, especialmente os da educação básica, como se dá, realmente, o processo de aquisição do conhecimento da linguagem.

As crianças, desde cedo, precisam entender como se processa, no cérebro das pessoas, o armazenamento, por longo prazo, das informações lingüísticas, imprescindíveis para a fala, a escrita, e a leitura.

Tal forma de ensinar servirá não só para o ensino da língua materna como também para as demais disciplinas escolares.

Alguns professores de matemática ou língua materna se concentram no resultado da instrução ou resolução da questão, no produto, enfim, e se esqueçam de que o processo é a base mais legítima para uma avaliação formativa, em que se valoriza cada etapa trabalhada e vencida pelo aluno.

A avaliação formativa valoriza todas as partes do processo pelo qual se chegou à aprendizagem da criança. A avaliação somativa, ao contrário, julga o todo por uma parcial no processo de formação, unicamente com a preocupação de julgar.

A dialética, como fundamento da metodologia processual no ensino-aprendizagem das habilidades lingüísticas e matemáticas, está presente, portanto, na matemática elementar ou na produção de texto, discursivo ou dissertativo. Um texto é um processo constituído de fases que contém introdução, desenvolvimento e conclusão.

Se a escola tem em vista a avaliação, o método processual, na matemática, na leitura, na escrita ou em qualquer outra disciplina, há de ser instrumento eficaz para professores e alunos.

No momento da avaliação, a idéia de processo deve ser o centro da atenção docente. A avaliação formativa tem como pressuposto o processo, o reconhecimento de que os meios são importantes para os fins últimos da aprendizagem.

As crianças precisam aprender e apreender essas informações da linguagem, da leitura, da escrita e do cálculo, com clareza e de forma prazerosa, lúdica. Quem ensina, deve saber os conteúdos a serem repassados, gradualmente, para o aluno. A escola precisa levar as crianças ao domínio do conhecimento e o inverso: a escola deve levar o reino do saber às crianças.

No ambiente formal, as crianças não aprenderão informações como os conceitos de língua, fala, vogal, semivogal, dígrafo etc., mas farão, hipóteses sobre os fenômenos fonéticos extraídos, quase sempre, da fala ou da escuta espontâneas.

Uma criança aprende na rua uma expressão “eu tô maluco”, mas só a escola é capaz de advertir que, na língua culta, a forma ideal, de uma sociedade letrada, é “eu estou maluco”, e que a língua, por sua natureza social, sofre muitas alterações na sua forma e substância no tempo e no espaço.

Por isso, a escola pode dizer que a língua histórica, por uma série de transformações lingüísticas e estruturais, em decorrência da dinâmica social e variações geográfica e social, transformou uma forma verbal consagrada, pelas gramáticas eruditas, como “estou”, em “tou” na língua popular e aqui, na língua espontânea, um ditongo em “tou” passou a monotongo em “tô”. É na escola, com bons professores, que as crianças aprenderão que informações da língua materna lhes darão as competências e habilidades requeridas para a leitura e para a sociedade do conhecimento, dentro e fora da escola.

Nos lares, a tarefa de reforço do que se aprende na escola se constitui um complemento importante, desde que os pais se sintam parte do processo.

Aliás, a educação escolar, de qualidade, comprometida com um ensino produtivo, é um dever do Estado e das instituições de ensino, públicas ou privadas, assim como escrever para aprender, ler para aprender, é dever, também, repartido e compartilhado por familiares e instituições educacionais e uma co-responsabilidade social voltada para o desenvolvimento humano, para a qualificação para o trabalho e para o exercício da cidadania.

Quando nos referimos ao conhecimento, a sociedade, como um

todo, deve engajar-se na tarefa de garantir o acesso ao ensino de qualidade a todos que desejam conhecer e aprender saberes acumulados historicamente pela humanidade e favorecer a educação lingüística do seu povo.

A partir do exposto, uma situação preocupante a se abordar é a deficiente formação não só dos professores, mas, a deficiente formação dos responsáveis pela formação dos professores, que buscam a todo custo contribuir, através de um conhecimento atualizado, visando reconhecer os sinais de alerta das dificuldades apresentadas por crianças disléxicas a fim de intervir precocemente, prevenindo o insucesso escolar.

Segundo DIMENSTEIN:

“Por falta de informação, educadores não detectam nos alunos distúrbios mentais - como déficit de atenção ou dificuldades de aprendizagem – que emperram o aprendizado” (p.9, 2003).

Portanto, evidenciamos a necessidade real da formação continuada dos nossos educadores a fim de estimular os alunos, conhecendo-os melhor para respeitá-los em suas individualidades e dificuldades específicas com relação à aprendizagem. Pois, citando o mesmo autor:

“Por se sentirem respeitados e estimulados os estudantes utilizam-se de sua notável criatividade para aprender” (DIMENSTEIN, 2003).

Os resultados obtidos a partir de dados levantados com um questionário destinado a docentes que atuam no ensino fundamental com crianças que apresentam dificuldades na aquisição e domínio da leitura e da escrita, registram índices alarmantes que denotam a falta de formação docente especializada para dotar estes profissionais de forma a atuarem com garantido sucesso na aprendizagem escolar.

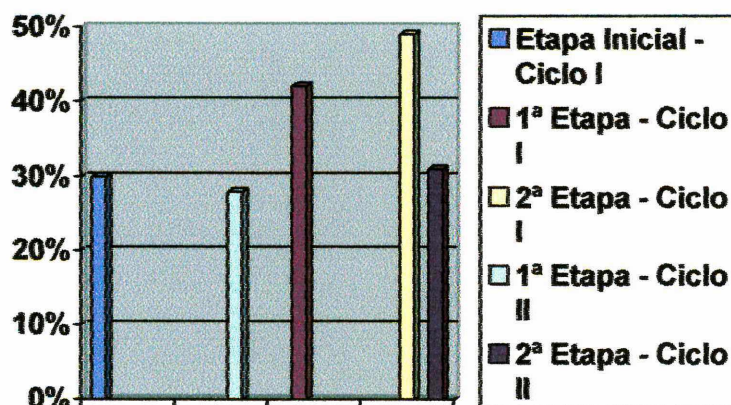
O referido instrumento foi dirigido a dezenas de docentes de uma escola pública municipal da periferia de Curitiba, cuja formação é composta de 60% a nível superior de ensino, 20% com nível de pós-graduação e 20% com nível secundário. Estes atendem uma clientela que é proveniente de área de ocupação irregular, com diferentes estruturas familiares, altos índices de analfabetismo na população adulta e nível sócio-econômico abaixo da linha da pobreza, sendo mantidos de forma sub-humana com auxílio governamental, implicando em carências múltiplas, tanto no aspecto afetivo, educacional,

nutricional, interferindo significativamente na dificuldade de aquisição e domínio da leitura e da escrita por parte das crianças.

A faixa de idade dos alunos atendidos pelos docentes citados nos dados do questionário varia de 5 a 13 anos, onde são atendidas seis turmas de Etapa Inicial, cinco turmas de primeira etapa e oito turmas da segunda etapa do 1º Ciclo de Aprendizagem, além de quatro turmas da primeira etapa e cinco turmas da segunda etapa do 2º Ciclo de Aprendizagem.

Em cada etapa de aprendizagem denota-se um alto índice de defasagem na aprendizagem e conseqüentemente na aquisição e domínio da leitura e da escrita das crianças atendidas, evidenciado no relato de cada professor, como expressa o quadro a seguir:

#### Dificuldades na aquisição da Leitura e da Escrita



Os índices acima expostos retratam uma defasagem no ensino da língua materna que, caso não seja diagnosticada a tempo, incorrerão no abandono e outros problemas de aprendizagem com maior amplitude, os quais acompanharão os alunos por sua vida afora.

Evidentemente que do percentual acima citado, em sua grande maioria, não se referem diretamente à dislexia propriamente dita, mas sim a dificuldades na aquisição da linguagem escrita.

Para tanto, foram propostos neste estabelecimento de ensino novos programas e formas de aprendizagem que visam colaborar para a inclusão das crianças no mundo da leitura e da escrita.

Inicialmente foram oportunizados estudos dirigidos com os docentes que atuam junto aos alunos com dificuldades na aquisição da linguagem oral e escrita, visando à ampliação dos conhecimentos e de como as crianças com dificuldades aprendem, enfocando como a dislexia afeta os sentimentos e a desorganização física e humana que ela traz aos educandos.

Com tais estudos foram reorganizadas as turmas de alunos por dificuldades, e retomado o processo inicial de alfabetização em cada etapa de aprendizagem, com o objetivo de corrigir tal defasagem.

Este programa foi orientado a partir de projetos de trabalho significativos para cada turma de alunos, havendo troca de experiências e formas diferenciadas de encaminhamentos dos docentes, o que veio a colaborar para o êxito do trabalho com os alunos.

Conhecendo melhor a criança e levando em conta as suas dificuldades, é possível ao docente desenvolver um trabalho mais efetivo em sala de aula. Aceitando as dificuldades, fazendo avaliações diferenciadas, utilizando-se de jogos de alfabetização e de ortografia a fim de encorajar o enfrentamento das dificuldades em relação à linguagem, explorando mais a forma oral, ressaltando as áreas privilegiadas de cada criança, evidenciando suas capacidades nas demais áreas do conhecimento ajudam-na a motivar o interesse para a leitura, ainda que, lhe seja ofertada uma literatura mais simples com figuras e letras grandes foi possível melhorar a habilidade da leitura e a capacidade de interpretação das crianças com dificuldades de aprendizagem e aquisição da leitura e escrita.

Certamente os alunos que apresentam dislexia, mesmo após as intervenções mencionadas, continuaram a apresentar dificuldades, mas conquistaram algo muito positivo e pessoal: o aumento da sua auto-estima, na medida em que perceberam que em determinado grupo foram capazes de realizar as atividades propostas, ainda que com a intervenção constante do professor.

Com o diagnóstico e o reconhecimento das características das crianças que apresentam dislexia é possível evitarmos anos de dificuldades

acadêmicas a partir de uma educação e ensino diferenciados para que elas possam desenvolver suas habilidades, melhorando o seu processo ensino-aprendizagem e sendo mais bem preparadas para enfrentar com dignidade a vida e o mercado de trabalho, inserindo-as na sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa percebeu-se o quanto necessária é a formação docente atualizada para minimizar os altos índices de dificuldades de aquisição e domínio da leitura e escrita nas crianças no início do processo de alfabetização.

Por um grande período no contexto educacional mundial a dislexia fora tratada como doença afastando tanto as pessoas como alguns pais, que acreditavam ser o fim do mundo ter um filho disléxico. Isto ocorreu por total falta de informação. O disléxico está muito bem representado por personalidades em todos os campos da genialidade. Adequadamente diagnosticado e encaminhado, se transformará em um profissional de destaque na área em que atuar. Isto é tão comum de ocorrer que a ABD - Associação Brasileira de Dislexia cita que o problema é que a maioria das pessoas, mesmo não sendo disléxicas, apresenta pelo menos um dos sinais que identifica a dislexia. O medo e o desconhecimento são companheiros inseparáveis da omissão. E é isto que ocorre no ensino brasileiro, em cerca de 99% das escolas públicas e particulares, não só com a dislexia, mas com tudo que diz respeito aos distúrbios de aprendizagem. Só na área de dislexia pesquisas comprovam a incidência em cerca de 15% da população. O número é assustador, mas ainda não assustou as autoridades, nem sensibilizou empresários, principalmente aqueles atuantes nas áreas de comunicação escrita, que estão perdendo clientes e deixando de lado a oportunidade de ampliar seus quadros de potenciais leitores, assinantes e compradores. A maioria das crianças que abandonam as escolas apresenta como causas os distúrbios de aprendizagem. Eles levam também ao caminho das drogas e do alcoolismo.

A dislexia escolar é um fracasso inesperado. A escola e o aluno oferecem condições objetivas para o aprendizado da leitura. No entanto, uma aprendizagem falha e o método de ensino inadequado levam a efeito um resultado ineficiente na aprendizagem da leitura e da escrita.

De modo geral, acerca da dislexia concluímos como causas de ordem pedagógica, a começar por uma atuação docente não qualificada para o

ensino de língua materna (por exemplo, um professor ou professora sem formação superior na área de magistério escolar ou sem formação pedagógica, em nível médio, que desconheça a fonologia aplicada à alfabetização ou conhecimentos lingüísticos aplicados aos processos de leitura e escrita); exigindo um atendimento individualizado.

O problema da dislexia é um problema que se reflete no interior da escola, mas evidencia-se na sociedade. O que se pretende é uma escola que favoreça a educação, na qual estão inseridos cidadãos com características específicas, como os disléxicos.

A qualidade da educação passa pelo investimento na formação docente e pela estabilidade do trabalho em cada instituição de ensino, onde com a colaboração de todos, conseguiremos fazer com que as crianças disléxicas se tornem adultos de sucesso, onde a reeducação pedagógica acompanhada de atendimentos terapêuticos especializados terá um papel essencial na evolução da aprendizagem das crianças.

## REFERÊNCIAS

1. AJURIAGUERRA, J. de e outros. A dislexia em questão: dificuldades e fracassos na aprendizagem da língua escrita. Porto Alegre:Artes Médicas, 1984.
2. BAUER, James J. Dislexia: ultrapassando as barreiras do preconceito. Tradução de Maria Ângela N. Nico. São Paulo:Casa do Psicólogo, 1997.
3. BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
4. BRASIL. Leis, etc. Lei nº 9394 de 23 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
5. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1997.
6. BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001.
7. CHIBLI, Faoze. Não é burrice. (In Revista Educação nº 77, set/2003).
8. DIMENSTEIN, Gilberto. Escola se faz com professores e livros. (In Revista Educação nº 77, set/2003).
9. LUCZYNSKI, Zeneida B. Dislexia: você sabe o que é. Curitiba: Ed. do autor, 2002.
10. MONTEIRO, Mara M. Leitura e escrita: uma análise dos problemas de aprendizagem. Rio de Janeiro:Vozes, 1998.

11. PARANÁ. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Conselho Estadual da Educação: Indicação nº 05/98.
12. Parecer CEB nº 15/98. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, 1998.
13. PESTUN, Magda S.V. Dislexia: aspectos psiconeurológicos. São Paulo:FCM- UNICAMP, 2002.
14. SIMONS, Úrsula M. Dislexia. Curitiba:Opet Editora, 2000.
15. TOPCZEWSKI, Abram. Aprendizado e suas habilidades – como lidar. São Paulo:Casa do Psicólogo, 1998.
16. VIGOTSKY, L.S. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, tradução de Maria da Penha Vilalobos, 5.ed., 1988.

Sites:

[www.abd~dislexia.8k.com](http://www.abd~dislexia.8k.com)

[www.boasaude.uol.com.br/lib/emailorprint.cfm/id=3804&type=lib](http://www.boasaude.uol.com.br/lib/emailorprint.cfm/id=3804&type=lib)

[www.cadernodigital.uol.com.br/guiadobebe/artigos/dislexia.htm](http://www.cadernodigital.uol.com.br/guiadobebe/artigos/dislexia.htm)

[www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)

[www.dislexia.portalpsi.com/definicao.htm](http://www.dislexia.portalpsi.com/definicao.htm)

[www.ebooksbrasil.com/eLibris/disfam.html](http://www.ebooksbrasil.com/eLibris/disfam.html)

[www.ensm.com.br/inclusao.asp](http://www.ensm.com.br/inclusao.asp)

[www.scielo.br](http://www.scielo.br)

## ANEXOS

### Questões contidas no questionário enviado aos professores:

1)- Em que turma você leciona?

- Etapa Inicial
- 1ª Etapa – Ciclo I
- 2ª Etapa – Ciclo I
- 1ª Etapa – Ciclo II
- 2ª Etapa – Ciclo II

2)- Qual o seu nível de escolaridade?

- 2º grau – Magistério
- graduação – Pedagogia
- graduação – outra área: \_\_\_\_\_
- magistério superior
- pós-graduação
- especialização

3)- Dentro da sua formação acadêmica e profissional, você sente dificuldades em ensinar os alunos que não conseguem ler e escrever?

- sim     não

4)- Em sua sala de aula, quantos alunos apresentam dificuldades ou não conseguem ler e escrever?

\_\_\_\_\_

5)- Você considera importante uma formação continuada para auxiliar e dinamizar o trabalho com os alunos disléxicos?

- sim     não

6)- Os momentos mensais de estudo realizados na escola têm colaborado para aperfeiçoar e diversificar o trabalho em sala junto aos alunos disléxicos?

- sim     não

7)- Você poderia citar alguma proposta diversificada de trabalho surgida a partir dos estudos realizados em grupo na escola, que tenham contribuído para minimizar as dificuldades apresentadas por seus alunos?

\_\_\_\_\_

Temas dos textos lidos e discutidos com o grupo de docentes da escola:

Dislexia: ultrapassando as barreiras do preconceito (James J. Bauer)

Dislexia: Aspectos Psiconeurológicos (Magda Solange Vanzo Pestun)

Artigo da revista "Boa saúde" (06/09/2000) - Dislexia: desafio de pais, professores e profissionais de saúde.

Quando a criança não aprende a ler e a escrever (Elvira Souza Lima)

Pais brilhantes, professores fascinantes (Augusto Cury)

Manual de jogos para a sala de aula (Simão Miranda)

Do fascínio do jogo à alegria de aprender nas séries iniciais (Simão Miranda)

Lógica do cálculo Jardim III (Úrsula Marianne Simons)